

|                         |  |
|-------------------------|--|
| <b>Evento</b>           | Reunião do Grupo de Trabalho sobre Designação de Assistentes de Juiz   |
| <b>Data</b>             | 2/8/2024   |
| <b>Horário</b>          | 15h  |
| <b>Local</b>            | Virtual pelo Google Meet   |
| <b>Presentes</b>        | <ul style="list-style-type: none"><li>- Desembargador Coordenador, Wilton Borba Canicoba;</li><li>- Juíza Daniela Macia Ferraz Giannini;</li><li>- Juiz Sérgio Polastro Ribeiro, representante da Amatra XV;</li><li>- Robson Luiz Kusunoki, servidor de 2º Grau;</li><li>- Viviam Oliveira da Silva Cantalejo, servidora de 1º grau e representante do Sindiquinze;</li><li>- Patricia Luchi Pesce, servidora da Divisão de Apoio às Comissões e aos Comitês.</li></ul> |
| <b>Pauta / Assuntos</b> | Propostas para Designação de Assistentes de Juiz   |

O Excelentíssimo Desembargador Coordenador, Wilton Borba Canicoba, iniciou a reunião cumprimentando e agradecendo a todos pela participação.

Dr. Wilton apresentou o grupo de trabalho, composto por representantes de todas as categorias interessadas, solicitando ouvir as opiniões do que tem ocorrido sobre as designações atuais de assistentes de juiz no Tribunal.

Dra. Daniela informou que o Excelentíssimo Desembargador Presidente optou por ouvir todos os lados interessados na questão e trouxe alguns levantamentos, para conhecimento do colegiado, como, por exemplo, o teletrabalho deferido para os assistentes de juiz no 1º grau, o que tem trazido uma vantagem no contexto atual e o desejo de outros servidores de trabalharem na função.

A intenção deste grupo, pontuou, é pensar em propostas para designação de assistentes de juiz que possibilitem a liberação dos que estejam no 2º grau, ou que estejam em Vara do Trabalho com déficit de pessoal, o que, pela Resolução CSJT 296/2021, não poderia ser movimentado.

Se houver alinhamento entre magistrados, é necessário compatibilizar uma forma para que a 2ª instância não fique desprovida e que a 1ª instância consiga receber esse assistente, com anuência prévia do Desembargador que o liberou, sem precisar passar por todos os outros Gabinetes de Desembargadores antes.

Dr. Wilton explicou que houve, no passado, uma discussão entre todos os Desembargadores, sobre a existência de servidores já qualificados para o 2º grau, que poderiam mais facilmente se adaptar a outros gabinetes dentro também da mesma instância.

No entanto, com a criação de mais funções comissionadas para o 1º Grau e a proximidade de morar perto da família, houve maior interesse dos servidores de trabalharem no 1º grau de jurisdição. Com isso, havia servidores que já estavam treinados em gabinetes e houve uma tentativa de aproveitamento desses servidores e do treinamento dentro dos gabinetes, pela similitude e maior facilidade para o uso de modelos, análise processual afeta à 2º instância e ritmo de trabalho.

Viviam falou pela perspectiva do sindicato e como assistente de juiz. Comentou que tentou por muito tempo essa vaga de assistente, com preparação acadêmica, capacitação, mas enfrentou dificuldades de liberação.

Robson falou sob a óptica dos servidores, representando servidores de Gabinete. Opinou que, se o servidor faz um acerto com a chefia atual e com a nova chefia, não haveria problema para a efetivação, sem necessidade de passar por todos os outros Gabinetes, ainda mais atendendo ao interesse da Política Nacional de Atenção Prioritária ao 1º grau, aos interesses do magistrado que irá receber o assistente e do servidor. Comentou, porém, que não se pode criar um problema para a Administração, devendo surgir uma proposta bem fundamentada para essa alteração.

Dr. Sérgio ponderou que o alinhamento de três vontades - liberação do Desembargador, servidor e Juiz - deveria bastar. Falou que o servidor tenta antecipar esse processo, explicando seus motivos pessoais a cada gabinete que tem vaga e pedindo liberação também.

Quando houve anteprojeto de ampliação do TRT15, a Amatra XV demonstrou que concordar com a extinção de 25 cargos de juiz substituto e de 25 FCs de assistentes de juiz era complicado para a representação dos Juízes Substitutos, ainda que a representação dos Desembargadores e demais magistrados fosse favorável. Com isso, também surgiu a necessidade de equalizar a parte de servidores, já que, quando há designação para Diretor de Secretaria - com a explicação de que se trata de cargo CJ -, não há a necessidade de consulta a todas as outras áreas, diferente da necessidade de consulta de todos os Gabinetes com vaga antes para liberação dos assistentes FC-05.

A proposta da Amatra XV, portanto, vem no sentido de que, com a expressa anuência do Gabinete cedente, não seja preciso percorrer todo esse íterim, possibilitando a liberação do servidor para ser assistente de juiz.

Dr. Wilton trouxe algumas possíveis soluções: a função de assistente de juiz de 1º grau pode se equiparar à função de Diretor de Secretaria, para fins exclusivos de transferência, precisando de liberação e anuência do setor atual, do setor que irá receber aquele servidor e da manifestação do próprio interesse do servidor.

O Excelentíssimo Desembargador Coordenador prosseguiu, discorrendo sobre a busca por uma medida viável, elucidando que a solução acima proposta seria a exceção da migração, já que aquele seria o único servidor do Gabinete de Juiz enquanto assistente.

Outra solução seria trabalhar como hoje, com anuência e necessidade de passar por consulta a todos os Desembargadores com vagas, abrindo, porém, o direito de recusa ao servidor. Se algum gabinete escolher aquele servidor, o servidor tem o direito de aprovar ou não a mudança de gabinete, ou explicar motivo familiar, mudança de cidade para o 1º grau, ou interesse em ficar no outro gabinete.

Se houver triangulação, porém, fica mais difícil alterar qualquer pedido.

Dr. Wilton opinou, ainda, que a falta de opção ao servidor é um problema, quando é o interesse do servidor que tem também a concordância do magistrado, diferente de quando há a liberação do servidor pela unidade sem disponibilidade de vaga prévia.

Dr. Sérgio afirmou que a Amatra XV fez um recorte específico no PROAD desse requerimento, sugerindo a primeira solução.

Propôs que fosse enviado um e-mail a todos os Gabinetes, explicando o ajuste e abrindo prazo para eventual oposição em cinco dias, como nos casos de permuta, sem a necessidade de peregrinação por todos os Gabinetes com vagas.

Dra. Daniela concordou em respeitar as vontades das três pessoas envolvidas, sugeriu apresentar uma segunda opção, para o caso de a primeira não ser adotada.

Um critério intermediário ou alternativa seria oferecer apenas aos Gabinetes mais deficitários, com maior número de vagas abertas, mas abrindo a opção do servidor poder recusar a migração para o outro gabinete.

Dr. Wilton reforçou que deve haver o aval do próprio servidor, que a saída dele do Gabinete fica condicionada à transferência efetiva, pois, se não se concretizar, ele ainda tem para onde voltar.

Dra. Daniela sugeriu que a garantia seja da mesma vaga e da mesma função onde está lotado, até que se defina a lotação de destino.

A Coordenadoria de Provimento e Vacância poderia preparar os critérios: chama para manifestação de interesse de todos os gabinetes. Se houver mais de um interessado, adota-se como primeiro

critério oferecer ao Gabinete mais deficitário. Se houver empate, adota-se o critério de antiguidade.

Dr. Sérgio complementou que poderia ser proposto o envio de e-mail aos Gabinetes com déficit maior que 1, abrindo prazo de 5 ou 10 dias para manifestação. Dr. Wilton concordou que seja encaminhado apenas aos Gabinetes com déficit de 2 servidores ou mais, como parâmetro mínimo.

Viviam reforçou que a vinculação seja com a consumação da alteração, protegendo os motivos de foro íntimo do servidor, assim como dignidade e oitiva desse servidor.

Robson solicitou que se trabalhe com alternativas, mas como critérios, como prioridade de 2 ou mais de déficit e com consulta única.

Dr. Wilton requereu, então, que Dra. Daniela, como Juíza Auxiliar da Presidência, leve as ideias ao Excelentíssimo Desembargador Presidente e, se necessário, traga pedido de outras ponderações e nova convocação de reunião deste grupo de trabalho, com a anuência de todos.

Ao final, o Excelentíssimo Desembargador Coordenador agradeceu a presença e encerrou a reunião às 16h15.

|                                   |   |                    |          |
|-----------------------------------|---|--------------------|----------|
| <a href="#">Ata preparada por</a> | Patricia Luchi Pesce<br>Divisão de Apoio às Comissões e aos Comitês | <a href="#">Em</a> | 2/8/2024 |
| <a href="#">Ata aprovada por</a>  | Desembargador Coordenador, Wilton Borba Canicoba                    | <a href="#">Em</a> | 6/8/2024 |